

# **ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PRODUTIVA DE UMA LOCALIDADE MINEIRA: A PAISAGEM AGRÁRIA DE SANTA RITA DO TURVO NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS.**

*Fernando Antônio Alves da Costa<sup>1</sup>*

Doutor em História Econômica (USP)

faacosta@usp.br

## **Resumo**

A paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX é reconstituída no presente artigo. Embora sua localização fosse razoavelmente próxima tanto em relação as primeiras zonas de exploração aurífera de Minas Gerais como também as áreas que desenvolveram a cafeicultura para exportação, a localidade em tela conheceu uma estrutura agrária e produtiva com outras características centrais. Buscou-se recuperar a estrutura fundiária e as principais produções desenvolvidas, tanto em termos de representatividade econômica como em disseminação entre a população da região. A documentação privilegiada no trabalho constituiu-se em série de inventários *post-mortem* de indivíduos que faleceram na localidade no período estudado. Perpassa o texto a segmentação dos inventariados por níveis de riqueza e a abordagem crítica da documentação consultada.

**Palavras-chave:** Terras; Produções, Inventários, Século XIX, Minas Gerais.

## **Abstract**

The agrarian landscape of Santa Rita do Turvo in the second half of the nineteenth century is reconstituted in this article. Although its location was reasonably close both to the earliest areas of gold exploration in Minas Gerais as well as to the areas that developed coffee for export, the locality on display had an agrarian and productive structure with other central characteristics. It sought to recover the land structure and the main productions developed, both in terms of economic representativeness and dissemination among the population of the region. The privileged documentation at work was a series of post-mortem inventories of individuals who died in the locality during the period studied. Throughout the text, the segmentation of inventories by level of wealth and the critical approach of the documentation consulted.

**Keywords:** Lands; Productions, Inventories, 19th Century, Minas Gerais.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

**Introdução**

A localidade de Santa Rita do Turvo teve uma origem diferente das primeiras áreas ocupadas e exploradas pelos portugueses na antiga província de Minas Gerais, embora não ficasse muito distante das pioneiras e mais importantes áreas de mineração que foram alvos da cobiça dos colonizadores desde o final do século XVII. A região objeto de análise deste texto foi explorada efetivamente em período mais tardio.<sup>1</sup> Estava situada na Zona da Mata, em sua porção centro/norte, área habitada por grande contingente de povos indígenas, entre eles os temidos botocudos, muitos dos quais hostis à presença colonizadora. A dificuldade de transposição das densas matas e florestas, típicas da região, foi outro fator que serviu como empecilho para sua exploração precoce. Somente uma motivação muito forte justificaria a incursão por tão tortuosos caminhos. Como não foi encontrado metais preciosos em suas redondezas, tal necessidade não se configurou em um primeiro momento. Por fim, outro aspecto que dificultou e tornou mais tardia a ocupação da Zona da Mata Mineira foi a proibição, por parte da Coroa, do estabelecimento de unidades produtivas e de núcleos de povoamento. As autoridades portuguesas temiam os descaminhos que o ouro poderia tomar em seus inóspitos caminhos (REZENDE, 2007, p. 39-70).

A análise proposta neste texto objetiva recuperar a paisagem agrária de uma localidade de Minas Gerais que não esteve diretamente ligada a mineração dos séculos XVII e XVIII e nem a cafeicultura de exportação potencializada a partir das três décadas finais do século XIX. A estrutura agrária e produtiva de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos conheceu outras características centrais. O período selecionado foi adotado em função do incremento do povoamento e exploração da região e da disponibilidade de fontes para o estudo ensejado.

Os inventários *post-mortem* constituem a base documental desta pesquisa. As informações que subsidiam os dados e análises apresentados foram extraídas das descrições dos bens imóveis declarados nos processos. Especificamente nos arrolamentos das “Terras”, o tipo de propriedade imobiliária mais representativo, e das “Plantações”.

---

<sup>1</sup> Santa Rita do Turvo contava com uma capela desde os primórdios do Oitocentos, mais precisamente desde 1805. Porém, somente foi elevada à condição de freguesia no ano de 1832. Até que se tornasse vila, o que ocorreu somente no ano de 1871, e posteriormente cidade, no ano de 1876, pertencia administrativamente à jurisdição da Vila de Ubá (BARBOSA, 1995, p. 368). A maior parte de seu território compõe a atual cidade de Viçosa/MG, não obstante as diversas reordenações territoriais e administrativas que ocorreram ao longo do tempo.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

No primeiro caso o estudo de questões como o tamanho médio das propriedades arroladas nos inventários, o perfil dos proprietários e os níveis de concentração da terra entre os inventariados proporcionaram o delineamento da estrutura fundiária vigente em Santa Rita do Turvo no tempo em questão. Mesmo tendo por base somente um grupo bastante restrito da população da localidade, aqueles que morreram e foram inventariados. Em relação à segunda categoria “Plantações”, seu estudo particular permitiu elucidar os principais gêneros cultivados na localidade. Foram enfocadas questões como o nível de concentração da produção, os principais gêneros produzidos, a disseminação e a representatividade dos diferentes itens pelo grupo de indivíduos abordados e por faixas de riqueza. Para o estudo dos gêneros produzidos em Santa Rita do Turvo no período tratado foram consideradas também as informações referentes aos estoques declarados nos inventários, ou seja, os gêneros que já tinham sido colhidos e/ou produzidos e que estavam armazenados, ou para consumo das próprias unidades produtivas e domésticas ou para comercialização. A análise conjunta da estrutura fundiária e dos principais itens produzidos entre os inventariados da localidade permitiu a recomposição da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

Porém, alguns problemas na qualidade das informações oferecidas pela documentação consultada limitaram as análises acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo com base nas propriedades dos inventariados. Para os dois primeiros intervalos da segunda metade do século XIX, 1850/59 e 1860/69, os dados não permitiram muitos apontamentos. Para 1850/59 somente 28 das 91 propriedades inventariadas tiveram suas dimensões declaradas, percentual inferior a um terço. Nesse período as propriedades fundiárias foram predominantemente descritas de forma genérica, sem dimensionamento das mesmas. Descrições como “uma sorte de terras”, “uma porção de terras”, “uma parte de terras de cultura”, entre outras, foram bastante frequentes.

No intervalo seguinte, 1860/69, a representatividade das propriedades que tiveram seus tamanhos declarados na documentação compulsada elevou-se consideravelmente, alcançando pouco menos de metade dos casos. Contudo, os dados ainda não foram suficientes para subsidiar uma abordagem quantitativa separada deste período. Somente 25 propriedades fundiárias inventariadas nesta segunda década do recorte temporal abordado tiveram suas dimensões mencionadas.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

Da terceira década em diante do período estudado a qualidade dos dados oferecidos pela documentação pesquisada foi muito superior, viabilizando uma abordagem quantitativa das informações coligidas. A partir da década de 1870 os informes consultados permitiram uma aproximação acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo nas três décadas finais do Oitocentos e, por conseguinte, a recuperação da paisagem agrária predominante na localidade, tendo como base as propriedades inventariadas e dimensionadas, as plantações e os estoques declarados. No intervalo 1870/1900 mais de 80% das propriedades fundiárias tiveram suas dimensões descritas. Na tabela 1 apresento os informes acerca das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de tamanho para o período 1870/1900 como um todo e para os intervalos constituintes deste recorte mais amplo.

**Tabela 1: Propriedades fundiárias inventariadas por faixas de tamanho, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.**

Faixa de tamanho das propriedades	1870/79		1880/88		1888/1900		1870/1900	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
<b>1 a 10 alq.</b>	34,5	4,7	36,9	4,1	35,8	5,7	<b>35,7</b>	<b>4,8</b>
<b>11 a 50 alq.</b>	45,8	32,5	38,9	24,0	43,0	31,8	<b>42,7</b>	<b>29,3</b>
<b>51 a 100 alq.</b>	13,0	25,5	14,6	25,0	15,2	33,5	<b>14,2</b>	<b>27,7</b>
<b>&gt;100 alq.</b>	6,8	37,3	9,6	46,9	6,1	29,0	<b>7,4</b>	<b>38,3</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

(1) % propriedades.

(2) % território total.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (315) consideramos somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 499, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. Arquivo do Fórum Arthur Bernardes, Viçosa/MG. Daqui em diante somente AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

A dimensão média mais comum das propriedades fundiárias inventariadas em Santa Rita do Turvo possuiu entre 11 e 50 alqueires de área. Considerado todo o período, pouco menos de 43% das propriedades descritas na documentação consultada cujas dimensões foram arroladas tiveram este perfil. Em nenhum dos recortes temporais estabelecidos representaram menos que 39% das propriedades. Contudo, em termos de participação no total da área territorial inventariada, a soma das posses fundiárias entre 11 e 50 alqueires comprometeram uma parcela de pouco mais de 29% em todo o período 1870/1900 e uma fatia mínima de aproximadamente um quarto, no intervalo 1880/88, e máxima de 32,5%, em 1870/1879. Somadas as duas primeiras faixas de tamanho para todo o recorte 1870/1900, 78,4% das propriedades inventariadas tinham até 50 alqueires, representatividade que variou pouco, entre um mínimo de 75,8%, em 1880/88, e um máximo de 80,3%, no intervalo 1870/79.

Tomados os dados agregados para as três décadas em análise, as propriedades com mais de 100 alqueires de tamanho concentraram a fração mais significativa do território total inventariado, uma parcela de 38,3%, ainda que fossem somente 7,4% do total das propriedades consideradas. Somente no último intervalo abordado, 1888/1900, esta situação não foi verificada. No pós-escravidão foram as propriedades entre 51 e 100 alqueires de área que dominaram a parcela maior do total das terras inventariadas, uma fatia de 33,5%. Contudo, somadas as duas faixas com até 50 alqueires esta representatividade foi suplantada.

Em linhas gerais, o perfil da propriedade padrão entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1870/1900 tinha entre 11 e 50 alqueires de área, apontamento válido tanto para os dados agregados como para os intervalos de tempo compreendidos por este recorte mais amplo. Em todos os períodos enfocados no mínimo três quartos das propriedades tiveram até 50 alqueires de dimensão. Todavia, em termos de representatividade no total das terras inventariadas, as propriedades fundiárias com mais de 100 alqueires comprometeram a parcela mais substantiva, exceção feita ao recorte temporal 1888/1900. De forma geral, o quadro delineado se manteve no correr do período enfocado, sem grandes vicissitudes.

Os dados da tabela 2 evidenciam a distribuição das propriedades inventariadas em Santa Rita do Turvo por estratos de fortuna no longo período 1870/1900. Em seguida observo os informes para cada um dos intervalos separadamente, a representatividade de



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

cada segmento de inventariados, tanto em relação aos proprietários e as propriedades quanto em face da participação de cada grupo de riqueza no total das terras arroladas na documentação consultada. São apresentados também o tamanho médio por proprietário e por propriedade, tanto dentro das faixas de patrimônio como para todo o conjunto de indivíduos considerados.

**Tabela 2: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>% proprietários</b>	<b>% propriedades</b>	<b>% área territorial total</b>	<b>(1)*</b>	<b>(2)*</b>
<b>Até £ 150</b>	23,4	16,0	5,8	18,4	13,1
<b>£ 151 a £ 500</b>	35,6	26,1	18,0	37,5	24,9
<b>£ 501 a £ 1000</b>	19,3	22,7	18,6	71,5	29,5
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	10,2	12,2	17,3	125,5	51,4
<b>Acima de £ 2001</b>	11,5	23,0	40,3	260,7	63,5
<b>Todas as faixas</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>74,5</b>	<b>36,2</b>

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

\*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (315) considerei somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 499, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. AFAB.

Tomado todo o período 1870/1900 o maior grupo relativo de proprietários de terra foi o segundo segmento de riqueza. Os inventariados deste estrato foram donos também da parcela mais significativa das propriedades inventariadas, pouco além de um quarto. Contudo, em termos de representatividade no total das terras arroladas e dimensionadas para todo o período considerado, a fatia mais significativa estava nas mãos do grupo



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

constituído pelos indivíduos mais ricos, aqueles com patrimônios superiores a £ 2001. Ainda que fossem somente 11,5% dos inventariados donos de terras com medidas declaradas na documentação analisada e possuíssem 23% das propriedades, concentraram pouco mais de quatro décimos da área territorial total inventariada. Cada proprietário fundiário deste segmento deteve em média 260,7 alqueires de terras, ao passo que o tamanho médio da propriedade neste grupo de inventariados alcançou a dimensão de 63,5 alqueires em média. No extremo oposto, a menor faixa de riqueza controlava somente 5,8% das terras consideradas, não obstante este grupo ter sido constituído por pouco mais de 23% dos proprietários que detiveram 16% das propriedades. Entre os inventariados com menores cabedais a propriedade média foi de 13,1 alqueires e cada proprietário possuiu em média 18,4 alqueires, equivalentes a 20% e 7% das respectivas dimensões vigentes no grupo de inventariados mais abastados. De modo geral, a estrutura fundiária da localidade, verificada por meio da análise das propriedades inventariadas, apresentou dimensões consideráveis. Tomado todo o conjunto de inventariados, em média cada proprietário fundiário possuiu 74,5 alqueires de terras e o tamanho médio das propriedades foi de 36,2 alqueires.

Os dados compulsados e exibidos na tabela 2 manifestam claramente a associação direta entre aumento do tamanho médio das terras, tanto por proprietários como por propriedades, em concomitância com a elevação das faixas de riqueza. Conforme esperado, os indivíduos mais ricos possuíram mais terras e maiores propriedades. A concentração social da posse fundiária na localidade foi elevada. O índice de Gini para a distribuição das terras inventariadas e dimensionadas para todo o período estudado foi de 0,608.

A tabela 3 exhibe os dados da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo para o intervalo 1870/79.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

**Tabela 3: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>% proprietários</b>	<b>% propriedades</b>	<b>% área territorial total</b>	<b>(1)*</b>	<b>(2)*</b>
<b>Até £ 150</b>	11,8	9,0	2,7	16,8	10,5
<b>£ 151 a £ 500</b>	36,5	27,7	17,0	34,7	21,9
<b>£ 501 a £ 1000</b>	24,7	24,9	21,1	63,4	30,3
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	14,1	10,7	13,6	71,7	45,3
<b>Acima de £ 2001</b>	12,9	27,7	45,6	261,6	58,7
<b>Todas as faixas</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>74,3</b>	<b>35,7</b>

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

\*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (115) considerei somente 85 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 74% do total para 1870/79. Número de propriedades consideradas igual a 177, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 6.312,7 alqueires. 85 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

Da mesma forma como observado nos dados para todo o período 1870/1900, na década de 1870/79 o grupo de inventariados com maior participação relativa entre os que tiveram suas terras dimensionadas foi a segunda faixa de riqueza. Possuíram ainda a maior parcela das propriedades (empatados com o maior nível de fortuna). Todavia, o segmento constituído pelos indivíduos de maiores cabedais deteve pouco além de 45% do total das terras com medidas declaradas que foram inventariadas neste intervalo de tempo, a maior fração dentre todos os estratos. No intervalo 1870/79 o tamanho médio das propriedades e da posse fundiária por proprietário foram bastante semelhantes em comparação com os dados para todo o período. A relação entre elevação da dimensão média das propriedades fundiárias e da quantidade de terras por proprietários em





**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

concomitância com o aumento do nível de riqueza também se manifestou claramente. O índice de Gini para a distribuição fundiária neste intervalo de tempo foi de 0,606, equivalente ao valor auferido para todo o período.

No intervalo 1870/79 somente pouco menos de 7% das propriedades tiveram extensões maiores que 100 alqueires (tabela 1). Elas coexistiram com menores parcelas fundiárias em Santa Rita do Turvo no intervalo 1870/79: nada menos que 80% das propriedades tiveram até 50 alqueires (tabela 1).

O inventariado João Martins da Cunha foi um destes pequenos proprietários. Falecido em 1875, seu patrimônio acumulado o situa na segunda faixa de riqueza. Possuía 32 alqueires de terras quando faleceu, divididos em duas propriedades.<sup>2</sup> Com patrimônio total enquadrado no mesmo segmento, Francisco de Assis Fortunato da Fonseca foi inventariado também em 1875. Entre seus bens foram descritos e avaliados um total de 40 alqueires de terras, distribuídos em duas propriedades.<sup>3</sup> A faixa de riqueza na qual os dois últimos indivíduos se enquadram congregou a fatia mais substantiva dos proprietários e das propriedades, não somente no intervalo temporal em questão como também em todo o período 1870/1900.

No período relativo aos momentos derradeiros da escravidão no Brasil, 85% das terras declaradas nos inventários de Santa Rita do Turvo tiveram suas dimensões mencionadas, o maior percentual dentre todos os intervalos de tempo considerados. A tabela 4 apresenta os informes da distribuição das propriedades fundiárias e do tamanho médio das posses de terras inventariadas na localidade no intervalo 1880/88.

**Tabela 4: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>de % proprietários</b>	<b>% propriedades</b>	<b>% área territorial total</b>	<b>(1)*</b>	<b>(2)*</b>
<b>Até £ 150</b>	12,0	7,5	1,6	11,6	8,7
<b>£ 151 a £ 500</b>	41,3	27,0	16,4	34,0	24,5
<b>£ 501 a £ 1000</b>	18,7	19,5	11,2	51,5	23,2

<sup>2</sup> Inventário de João Martins da Cunha (1875). AFAB.

<sup>3</sup> Inventário de Francisco de Assis Fortunato da Fonseca (1875). AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

<b>£ 1001 a £ 9,3</b>	<b>11,9</b>	<b>11,1</b>	<b>102,5</b>	<b>37,8</b>
<b>2000</b>				
<b>Acima de £ 18,7</b>	<b>34,1</b>	<b>59,7</b>	<b>274,4</b>	<b>71,1</b>
<b>2001</b>				
<b>Todas as 100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>85,8</b>	<b>40,5</b>
<b>faixas</b>				

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

\*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (89) considerei somente 75 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 84% do total para 1880/88. Número de propriedades consideradas igual a 157, equivalentes a 85% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 6.435,9 alqueires. 75 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Apesar de uma pequena elevação do tamanho médio das propriedades e da quantidade de terras por proprietários, que atingiram valores um pouco superiores aos verificados para o período como um todo e para o intervalo precedente, a estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo no recorte temporal 1880/88, a julgar pelas terras descritas nos inventários da localidade que tiveram seus tamanhos descritos, manteve-se com o mesmo perfil: socialmente concentradas e com dimensões consideráveis. A participação dos menores estratos de patrimônio na área territorial total e as posses médias por proprietários e por propriedades destes segmentos continuaram modestas, atingindo, inclusive, os menores percentuais relativos dentre os períodos tratados. Os inventariados incluídos na segunda faixa de riqueza tiveram, uma vez mais, a maior participação relativa entre os proprietários fundiários considerados. Contudo, detiveram 27% das propriedades. Os indivíduos da maior faixa de fortuna possuíram pouco mais de 34%, maior fatia relativa no intervalo 1880/88. Assim como nos recortes temporais anteriormente analisados, o segmento que controlou a maior parcela da área territorial declarada na documentação neste intervalo foi aquele constituído pelos indivíduos de maiores fortunas, superiores a £ 2001. A soma das propriedades deste estrato atingiu quase 60% do total das terras descritas no período, percentual consideravelmente superior ao que verificamos para 1870/79 e também para todo o intervalo 1870/1900. Contudo, a



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

participação relativa desta faixa entre os proprietários de terras também foi maior. O valor do índice de Gini atingiu 0,632, pouco mais elevado que os constatados para os recortes temporais anteriormente enfocados.

A paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX era marcada pela presença predominante de proprietários e propriedades de menor envergadura. Não foi diferente no período 1880/88. Dentre as propriedades fundiárias inventariadas com dimensões descritas neste período, pouco mais de três quartos tinham até 50 alqueires de tamanho, ao passo que aquelas com mais de 100 alqueires representaram pouco menos de 10% (tabela 1).

No inventário de D. Francisca de Jesus, datado do ano de 1885, foi descrita e avaliada uma única propriedade de terras. A dimensão da mesma era de 11,3 alqueires. Estava enquadrada no estrato de menores cabedais.<sup>4</sup> Maria José da Conceição possuía patrimônio e terras de maiores expressividades. Contudo, não estava entre os patrimônios mais robustos do período e nem entre os maiores proprietários de terras. Inventariada no ano de 1886 possuía uma única propriedade, dimensionada em 51,5 alqueires, na qual era cultivado o milho, e estava entre os indivíduos congregados na terceira faixa de fortuna.<sup>5</sup> Januário Esquetino foi inventariado em 1887. Seu inventariante declarou quatro propriedades de terras. Somadas atingiram a dimensão de 100,5 alqueires. Seu patrimônio atingiu expressão considerável, inserindo-o na quarta faixa de riqueza. Era produtor de café, milho, feijão e arroz.<sup>6</sup>

A tabela 5 apresenta os dados para o intervalo 1888/1900. Neste último intervalo do século XIX ocorreram algumas intercorrências no cenário econômico do Brasil que impactaram diretamente nos dados trabalhados. Como consequência da desvalorização da moeda nacional houve um rearranjo dos processos pelas faixas de riqueza estabelecidas ao longo da pesquisa, reflexo da queda dos valores de riqueza quando convertidos os patrimônios para a Libra Esterlina. O número de inventariados agrupados nos segmentos de menores cabedais conheceu aumento expressivo, ao passo que, no extremo oposto, os estratos superiores declinaram bastante. Deve-se levar em conta tais

---

<sup>4</sup> Inventário de Francisca de Jesus (1885). AFAB.

<sup>5</sup> Inventário de Maria José da Conceição (1886). AFAB.

<sup>6</sup> Inventário de Januário Esquetino (1887). AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

aspectos na observação dos dados sobre a distribuição e o perfil das propriedades fundiárias inventariadas em Santa Rita do Turvo na última década contemplada.

**Tabela 5: Distribuição e tamanho padrão das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>de % proprietários</b>	<b>% propriedades</b>	<b>% área territorial total</b>	<b>(1)*</b>	<b>(2)*</b>
<b>Até £ 150</b>	45,2	31,5	14,5	20,5	15,0
<b>£ 151 a £ 500</b>	29,8	23,6	21,2	45,4	29,1
<b>£ 501 a £ 1000</b>	14,3	23,6	24,4	109,2	33,6
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	7,1	13,9	29,1	260,1	67,8
<b>Acima de £ 2001</b>	3,6	7,4	10,8	193,8	48,4
<b>Todas faixas</b>	<b>as 100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>63,9</b>	<b>32,5</b>

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

\*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (111) considerei somente 84 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 76% do total para 1888/1900. Número de propriedades consideradas igual a 165, equivalentes a 82% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram a uma área de 5.367,4 alqueires. 84 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

No intervalo 1888/1900 a participação relativa das faixas de riqueza se alteraram bastante, tanto entre os proprietários de terras como na proporção que os grupos de patrimônio detiveram do território total inventariado no período. As diferenças têm relação direta com o impacto dos efeitos da desvalorização monetária ocorrida no período e da metodologia que aplicada no tratamento dos dados. Os dois grupos de menores cabedais elevaram bastante suas representatividades em comparação com os dados para as décadas anteriores e para o período como um todo. Entre os proprietários, o grupo mais



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

representativo foi justamente o de menor riqueza, com pouco mais de 45% dos indivíduos. Estes possuíam uma parcela equivalente a 14,5% das terras dimensionadas na documentação compulsada. De modo geral, a participação relativa dos proprietários de terras declinou de acordo com a elevação das faixas de riqueza, reflexo da própria distribuição geral dos processos neste período. O grupo de maiores cabedais, constituído por somente quatro inventariados neste intervalo, deteve tão somente pouco mais de um décimo das terras consideradas. A terceira e a quarta faixas de patrimônio possuíam as maiores parcelas fundiárias da área territorial total inventariada.

Em decorrência dos apontamentos anteriores, o estudo da concentração fundiária por estrato de fortuna torna-se problemático para o último intervalo temporal abordado. Contudo, não obstante as alterações verificadas nos informes para 1888/1900, reflexos dos impactos do cenário econômico do final do Oitocentos no Brasil sobre os informes coletados, o padrão da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo provavelmente não se alterou substancialmente. Nota-se somente uma pequena redução do tamanho médio das propriedades fundiárias e da média de terras por proprietários, equivalentes a 80% e a 74%, respectivamente, das dimensões auferidas no intervalo anterior. Foram os menores dentre todos os intervalos considerados. Houve ainda uma redução do índice de Gini, que neste intervalo atingiu 0,573.

Provavelmente, proprietários com menor quantidade de terras e propriedades mais reduzidas neste último período sejam aspectos relacionados com o processo de maturação da ocupação da localidade, potencializado nas primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos e já bastante avançado no final do século. Neste cenário, as propriedades fundiárias muito provavelmente estavam sofrendo um processo de fracionamento em função da morte dos primeiros ocupantes dos territórios da localidade e de seus descendentes diretos, o que se dava por meio das partilhas das propriedades entre os herdeiros dos mesmos. As menores dimensões médias das propriedades e das posses fundiárias por proprietários verificadas com base nos informes dos inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1888/1900, provavelmente refletem em boa medida esse aludido processo.

Assim como nos demais períodos analisados, no intervalo 1888/1900, predominaram as propriedades com até 50 alqueires de tamanho, praticamente 79% dos



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

casos. Aquelas com dimensões superiores a 100 alqueires corresponderam a somente 6% neste período (tabela 1).

O inventariante de Vicente Coelho Leal, falecido em 1896, declarou um patrimônio total que o enquadra no primeiro segmento de riqueza, o mais representativo no total de propriedades fundiárias do período. Leal possuía uma única propriedade que foi dimensionada em 22,5 alqueires de terras.<sup>7</sup> D. Joana Gomes de Castro, falecida e inventariada no ano de 1892, foi dona de um patrimônio total dentro do segundo segmento de riqueza, que concentrou a segunda maior parcela das propriedades do período considerado. Suas terras, nas quais havia produção de café, tinham uma dimensão de 40 alqueires.<sup>8</sup>

Em suma, o padrão da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo, a julgar pelas propriedades inventariadas que tiveram seus tamanhos declarados na documentação consultada, não conheceu grandes alterações no decorrer do período 1870/1900. Quando observados os informes para o intervalo 1870/1900 constata-se a vigência de considerável nível de concentração social das terras na localidade, uma relação direta entre aumento do nível de patrimônio e elevação das dimensões das terras (tanto em relação aos proprietários como também das propriedades) e a disseminação de unidades com consideráveis dimensões.<sup>9</sup> De modo geral, as propriedades fundiárias mais frequentes mediram entre 11 e 50 alqueires, ainda que aquelas com dimensões superiores a 100 alqueires tenham concentrado a fração mais robusta do território total declarado. A maior parcela das terras era de propriedade dos indivíduos constituintes da mais elevada faixa de riqueza, mesmo que a parte mais considerável dos proprietários de posses fundiárias cujas dimensões foram declaradas fizesse parte dos menores estratos de patrimônio.

---

<sup>7</sup> Inventário de Vicente Coelho Leal (1896). AFAB.

<sup>8</sup> Inventário de Joana Gomes de Castro (1892). AFAB.

<sup>9</sup> Enquanto em Santa Rita do Turvo a área média das propriedades inventariadas no período 1870/1900 foi de 36 alqueires, para a localidade de Bonfim/MG, no vale do Paraopeba, por exemplo, Cláudia Martinez constatou que, no intervalo 1850/1888, as propriedades rurais inventariadas tiveram tamanho médio de 91 alqueires. Depois da abolição da escravidão até 1914, período em que houve um processo de fragmentação da terra na localidade, a área média das propriedades rurais inventariadas declinou para 57 alqueires (Martinez, 2006, p. 190-193). Contudo, além de não explicitar claramente a metodologia aplicada aos dados, a autora separa imóveis rurais e urbanos, procedimento que não adotei. Vale lembrar que na época, mesmo no meio urbano (com todas as dificuldades de definir urbano em contraposição ao rural naquele período) existiam diversas chácaras e sítios dedicados ao cultivo de gêneros. Estas entraram em nossas estimativas.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

Apesar de algumas nuances observadas nos intervalos de tempo desagregados, em especial a última década, fundamentalmente em razão do reordenamento dos estratos de patrimônio no último intervalo, o padrão descrito não se alterou, nem no sentido de uma maior concentração fundiária nem para o caminho oposto, de um considerável e efetivo processo de desconcentração da posse das terras na localidade. O quadro delineado acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo nas três derradeiras décadas do século XIX se constituiu em um aspecto indicativo de que o cenário socioeconômico em questão não conheceu alterações substantivas no decorrer das décadas contempladas, eventualmente originadas da dinamização da cafeicultura em localidades relativamente próximas, conforme minha suposição prévia. O padrão de posse das terras, um dos principais alicerces constitutivos da estrutura produtiva da localidade, manteve-se similar ao longo do período tratado.

Admitindo a premissa de que as terras que foram melhores avaliadas possuíam qualidade superior, estando mais aptas para o cultivo de gêneros, além de concentrarem a parte mais substantiva do território declarado nos inventários, bem como propriedades fundiárias com extensões maiores, os indivíduos que compunham a maior faixa de riqueza entre os inventariados de Santa Rita do Turvo detiveram ainda as melhores terras. A tabela 6 exhibe os preços médios do alqueire das propriedades inventariadas. Apresenta os informes desagregados por segmentos de patrimônio e por intervalos de tempo, sem omissão dos dados para o conjunto de inventariados. Conforme aludido anteriormente, para as décadas 1850/59 e 1860/69 foi muito reduzido o percentual de propriedades com dimensões declaradas. Em função disso não foram calculados os preços médios das terras inventariadas para estes intervalos.

**Tabela 6: Preços médios do alqueire de terra inventariado por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1870/1900 (em libras esterlinas)**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>1870/79</b>	<b>1880/88</b>	<b>1888/1900</b>	<b>1870/1900</b>
<b>Até £ 150</b>	2,98	4,88	2,92	<b>3,34</b>
<b>£ 151 a £ 500</b>	3,51	4,30	3,80	<b>3,67</b>
<b>£ 501 a £ 1000</b>	3,56	5,84	3,43	<b>4,17</b>
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	4,16	5,26	3,53	<b>4,55</b>
<b>Acima de £ 2001</b>	6,00	4,96	5,93	<b>5,56</b>



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

---

<b>Todas as faixas</b>	<b>4,24</b>	<b>5,10</b>	<b>3,55</b>	<b>4,24</b>
------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

---

\*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (315) considerei somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas, possibilitando o cálculo do preço unitário do alqueire. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 501, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram a uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. AFAB.

Considerando os dados para todo o período 1870/1900 os inventariados mais ricos possuíram as terras que foram melhores avaliadas. Preço médio do alqueire e faixa de riqueza aumentaram concomitantemente. O alqueire de terra do grupo de maiores patrimônios atingiu o mais elevado preço médio. Observando os dados pelos intervalos de tempo separadamente, somente em 1880/88 a tendência fica um pouco mais nebulosa. Pode-se visualizar ainda que o pico dos preços das terras em Santa Rita do Turvo ocorreu no intervalo 1880/88. Em todas as faixas de riqueza, e, por conseguinte para todo o conjunto de inventariados, neste período se verifica os maiores preços médios, exceção feita justamente para o estrato dos mais ricos. No último intervalo abordado os preços se retraíram significativamente. Considerando todo o conjunto de inventariados, o preço médio do alqueire foi igual a 70% do valor auferido para o intervalo anterior. Lembrando uma vez mais que este período está diretamente influenciado pelo cenário estrutural de desvalorização da moeda nacional no final do século XIX.

Em suma, os indivíduos mais aquinhoados, além de possuírem propriedades maiores e maior quantidade absoluta, detinham terras de qualidade superior em comparação com os inventariados com menores cabedais, a julgar pelos maiores preços médios dos alqueires de terra das propriedades declaradas na documentação analisada. Ou seja, além da concentração social quantitativa das terras inventariadas em Santa Rita do Turvo nas três décadas derradeiras do século XIX, existia ainda uma concentração qualitativa das mesmas em favor dos inventariados mais aquinhoados. Inegavelmente que estes aspectos da estrutura fundiária da localidade em tela, concentração social quantitativa e qualitativa das terras, impactavam decisivamente no potencial produtivo dos indivíduos em questão. Em uma localidade voltada para a produção de gêneros para





**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

mercantilização em escala regional, a posse de mais e melhores terras certamente era fator determinante da quantidade e da qualidade da produção encetada.

Além da recuperação da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, para recuperação da paisagem agrária da localidade pode-se investigar os tipos de culturas predominantes na região no tempo em questão. O que plantavam, colhiam e, conseqüentemente, consumiam e/ou comercializavam regionalmente os habitantes da localidade? Mais uma vez as análises foram limitadas por alguns aspectos da documentação utilizada. Somente foi possível conhecer às culturas praticadas pelos indivíduos inventariados. Os dados utilizados não recuperam toda a população da localidade considerada. Se, porventura, uma determinada cultura foi praticada majoritariamente pelos segmentos mais desprovidos materialmente daquela sociedade, que não foram inventariados, a documentação utilizada não permite conhecer tal produção. Mesmo se fosse possível identificá-la, muito provavelmente não seria atribuída à devida importância ou disseminação que a mesma conheceria. Outra limitação importante imposta pelas fontes utilizadas diz respeito ao problema da sazonalidade típica das produções agrárias. Considerando que o inventário de um indivíduo retrata um momento exato, seus bens descritos podem ocultar, aumentar ou diminuir a relevância do tipo de produção a que se dedicava, dependendo do estágio em que se encontrava no instante em que seus bens foram descritos e avaliados (semeadura, colheita, estocagem, consumo ou comercialização).

Não obstante os apontamentos sobre os limites da análise proposta, derivados da natureza do *corpus* documental cotejado, sustento que, embora muito provavelmente o conjunto de inventariados não represente de forma equilibrada a sociedade de Santa Rita do Turvo da segunda metade do Oitocentos, o mesmo era constituído por indivíduos que não foram elementos estranhos a ela. Portanto, o estudo das culturas que praticavam ilumina ao menos razoavelmente o quadro para a localidade, oferecendo subsídios importantes para compreendê-la, bem como todos os demais aspectos que abordados ao longo do trabalho, principalmente em função da inexistência de registros para toda a população da localidade no período tratado.

A tabela 7 exhibe os dados que atestam a contribuição que cada faixa de riqueza teve no montante total dos principais gêneros produzidos pelos inventariados em Santa Rita do Turvo entre 1850/1888. Pelas peculiaridades do intervalo 1888/1900 o mesmo é



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

apresentando separadamente. A análise desenvolvida se baseia nos valores relativos de cada um dos itens contemplados e não nas quantidades declaradas. Foram considerados tanto as plantações (bens imóveis) quanto os estoques descritos nos inventários (bens móveis). Apresento os dados segmentados por faixas de riqueza. Somente foi possível identificar algum tipo de gênero cultivado ou produzido em 31% dos inventários para todo o período contemplado. Este baixo percentual impediu a desagregação dos informes por intervalos, conforme efetivado para algumas das questões tratadas anteriormente. Café, milho, cana de açúcar (incluindo também seus derivados, principalmente aguardente, rapadura e açúcar) e arroz foram os principais gêneros declarados. A categoria outros incluiu, além das plantações e dos estoques que não determinaram claramente o tipo de gênero, itens menos representativos, tais como algodão, fumo, feijão, frutas etc.

**Tabela 7: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%).**

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	(1)	(2)
Até £ 150	0,1	0,2	-	0,6	0,6	0,1	9,1
£ 151 a £ 500	1,9	3,9	0,5	1,6	0,6	2,3	18,6
£ 501 a £ 1000	6,4	12,1	2,3	1,3	1,3	6,8	36,8
£ 1001 a £ 2000	9,0	13,6	6,3	4,9	4,9	10,0	36,1
Acima de £ 2001	82,6	70,2	90,9	91,6	92,6	80,8	81,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>31,1</b>

(1): Participação no montante total das produções, somados todos os gêneros.

(2): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (288) considerei somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

Os dados expostos na tabela 7 permitiram acessar a contribuição de cada agrupamento de fortuna na produção em geral e de cada item em particular. Considerando todos os gêneros declarados pode-se constatar uma brutal concentração dos gêneros produzidos nas mãos dos indivíduos do segmento mais rico de inventariados, com patrimônios maiores que £ 2000. Praticamente oito décimos do valor de tudo que foi inventariado em plantações e estoques estavam concentrados neste segmento. Por outro lado, o estrato de menor patrimônio detinha somente uma ínfima parcela de 0,1% do montante total dos itens produzidos pelos inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/88. Contudo, importante destacar que o percentual de inventariados com algum tipo de produção declarada na documentação, fosse em plantação ou em estoque, elevou-se gradualmente conforme o nível de riqueza verificado. Ou as produções dos menores estratos eram insignificantes demais para receberem algum valor no momento da avaliação, ou de fato o percentual de indivíduos que produziam algo nestes estratos era realmente muito reduzido. A primeira possibilidade parece mais plausível. Uma parcela de 81,6% dos inventariados com maiores cabedais teve algum tipo de gênero declarado entre os bens arrolados em seus processos. O percentual correlato para o menor segmento foi de pouco mais de 9%.

O mais elevado nível de patrimônio concentrou a maior parte disparada de todos os principais gêneros inventariados. Para o caso das plantações de cana de açúcar e da produção de seus derivados concentrou praticamente 91% do montante total. Além das próprias plantações de cana de açúcar, foi bastante comum o arrolamento de gêneros derivados desta, tais como açúcar, rapadura, aguardente, restilo<sup>10</sup> etc. Uma parcela de 70% do montante de milho arrolado no conjunto dos inventários considerados estava concentrado nas mãos do maior segmento de riqueza. Pouco mais de 82% do café declarado nos inventários de Santa Rita do Turvo entre 1850/88, plantado ou estocado, estava em poder dos inventariados do mesmo estrato de patrimônio. O nível de concentração do arroz inventariado também foi elevado, visto que 91,6% de seu montante foi declarado nos processos constituintes do grupo de maior fortuna.

Em suma, assim como no caso das terras, as produções também conheceram um elevado nível de concentração social em favor do segmento de maior fortuna. Na verdade,

---

<sup>10</sup> Tipo de aguardente de baixa qualidade.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

este último aspecto nada mais foi do que uma das consequências da concentração quantitativa e qualitativa de terras, analisada anteriormente. Em Santa Rita do Turvo os inventariados do maior patamar de riqueza concentraram mais de 80% de todas as plantações e estoques declarados na documentação consultada, tomados pelos seus valores e não por suas quantidades.

Em razão dos problemas atinentes ao intervalo 1888/1900, já tratados anteriormente, optei por apresentar em separado na tabela 8 os informes deste período acerca da contribuição relativa dos segmentos de fortuna de Santa Rita do Turvo no montante total das produções inventariadas.

**Tabela 8: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>café</b>	<b>milho</b>	<b>cana e/ou derivados</b>	<b>arroz</b>	<b>outros</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>
<b>Até £ 150</b>	4,0	16,5	58,7	20,4	32,0	9,0	25,5
<b>£ 151 a £ 500</b>	24,4	23,2	7,8	10,3	45,1	23,4	32,3
<b>£ 501 a £ 1000</b>	8,3	11,4	2,4	-	-	8,3	33,3
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	10,4	39,4	31,1	42,7	22,9	15,8	66,7
<b>Acima de £ 2001</b>	52,9	9,5	-	26,6	-	43,5	50,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>28,1</b>

(1): Participação no montante total das produções, somados todos os gêneros.

(2): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (111) considerei somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Os dados relativos ao período 1888/1900 mostraram-se bastante diferentes em comparação com os informes para o intervalo 1850/88, em grande medida pela reorganização das faixas de riqueza advindas da desvalorização da moeda nacional e pela metodologia aplicada no tratamento dos dados cotejados. Em função das características



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

do período a interpretação das informações constitui-se em tarefa problemática. Contudo, ainda que pesem estes empecilhos, nota-se que, não obstante a pouca representatividade de inventariados alocados na maior faixa de riqueza (somente 4 processos), se considerado o conjunto das produções arrolados nos inventários, a parcela mais representativa destas permanecia concentrada nas mãos dos indivíduos deste segmento de patrimônio, um percentual de 43,5%. Todavia, dentre os principais gêneros inventariados, somente no caso do café os indivíduos constituintes do grupo de maiores cabedais controlaram a maior parcela no valor total declarado na documentação consultada. No mais, os dados para o intervalo 1888/1900 mostram-se bastante irregulares, dificultando a percepção de qualquer tendência mais evidente.

Os informes extraídos da série de inventários *post-mortem* pesquisados permitiram ainda à análise de outras questões atinentes à caracterização da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, especialmente sobre as culturas praticadas pelos indivíduos inventariados que viveram na localidade. A tabela 9 apresenta a participação relativa dos principais gêneros produzidos dentro do montante total das plantações e dos estoques declarados entre os inventariados da localidade de Santa Rita para o período 1850/1888, tanto por faixas de riqueza como também para o conjunto dos inventários.

**Tabela 9: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1850/1888 (%).**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>café</b>	<b>milho</b>	<b>cana e/ou derivados</b>	<b>arroz</b>	<b>outros</b>	<b>total</b>	<b>(1)</b>
<b>Até £ 150</b>	18,9	54,1	1,4	13,6	12,0	100	9,1
<b>£ 151 a £ 500</b>	16,7	54,8	8,6	0,9	19,0	100	18,6
<b>£ 501 a £ 1000</b>	18,6	56,9	12,1	0,6	11,8	100	36,8
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	17,8	43,3	23,0	1,6	14,3	100	36,1
<b>Acima de £ 2001</b>	20,2	27,8	40,9	3,8	7,3	100	81,6
<b>Todas as faixas</b>	<b>19,8</b>	<b>32,0</b>	<b>36,3</b>	<b>3,3</b>	<b>8,6</b>	<b>100</b>	<b>31,1</b>

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (288) considerei somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Conforme atestam os dados da tabela 9, quando tomado todo o conjunto de inventariados de Santa Rita do Turvo do período 1850/88, a cana de açúcar e/ou derivados representou a parcela mais alta do valor total das produções desenvolvidas na localidade considerada, equivalente a 36,3%, pouco acima do milho. Esta alta representatividade não chega a ser surpreendente. De acordo com Marcelo Godoy, no Brasil do século XIX, Minas Gerais consolidou-se como o maior espaço canavieiro com produção voltada para o mercado interno. Afirmou que um terço das unidades rurais mineiras estavam envolvidas com atividades de transformação da cana de açúcar (Godoy, 2004). Contudo, o autor destacou que a produção mineira de derivados de cana diferenciava-se do modelo tradicional, eminentemente voltado para a produção de açúcar para exportação e consolidado em regiões mais próximas do litoral. Em Minas Gerais os aspectos fundamentais da economia canavieira foram diferentes. As principais características mencionadas por Godoy foram a desconcentração espacial da produção, a diversificação da base técnica empregada e dos gêneros produzidos, as múltiplas configurações de tamanho e de composição da mão de obra empregada (principalmente cativa), os variados níveis de produtividade verificados, a concomitância com outras atividades econômicas, a longa duração temporal da produção e, principalmente, o direcionamento para o mercado interno, com conseqüente independência de condicionantes externos (Godoy, 2004, p. 525-557)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Importante destacar a metodologia aplicada pelo autor para a caracterização do espaço canavieiro de Minas Gerais. Para superar o problema de falta de dados para a produção e comércio de derivados de cana (não existem dízimos e as listas de habitantes mineiras não indicam a produção das unidades produtivas, por exemplo), Godoy optou por tomar uma localidade em específico, para a qual possuía informações (Santo Antônio do Calambau, distrito de Mariana), como representativa do setor canavieiro de Minas Gerais. Replicou então os dados desta localidade para o restante da província, estabelecendo as estimativas de produção que sustentaram sua caracterização do perfil do espaço canavieiro de Minas Gerais entre o final dos Setecentos e o início dos Novecentos (Godoy, 2004, p. 539-551).



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

Voltando aos dados para Santa Rita do Turvo, a maior faixa de riqueza foi o segmento no qual a cana de açúcar e/ou derivados atingiu o maior percentual relativo de participação no valor total das plantações e dos estoques declarados nos inventários. Foi o único estrato em que este tipo de produção suplantou todos os demais itens. Representou pouco menos de 41% dos gêneros declarados nos inventários dos indivíduos do maior segmento de patrimônio. A maior parte dos inventariados que declararam plantações de cana e/ou estoques de algum de seus derivados possuía também, entre seus bens imóveis, engenhos, movidos por água ou por tração animal, dos mais variados tamanhos e capacidades produtivas, paióis e alambiques para armazenamento dos gêneros produzidos, fôrmas e tachos para a produção de açúcar e rapadura, entre outras benfeitorias. O cultivo de cana de açúcar e, principalmente, a produção de seus derivados, foi atividade eminentemente praticada pelo segmento de inventariados mais abastados, uma vez que exigia a posse de uma infraestrutura capaz de transformar a cana de açúcar em rapadura, aguardente e, principalmente, em açúcar. O percentual de participação da cana de açúcar e/ou derivados no montante total das produções se elevou em concomitância com o aumento dos níveis de riqueza. Do total das produções do estrato de inventariados com menores cabedais somente 1,4% era de cana de açúcar e/ou derivados, ao passo que o percentual correlato verificado entre os indivíduos do segmento de maior patrimônio alcançou praticamente 41%.

O maior produtor de cana de açúcar e/ou derivados encontrado entre os inventariados analisados foi José de Deos Moreira e Castro. Entre os bens descritos e avaliados no momento de seu inventário estava um estoque total de 2.400 arrobas de açúcar e 330 barris de restilo (um tipo de aguardente). Além disso, entre suas plantações foram mencionados três canaviais de diferentes idades. A estrutura declarada entre seus bens que possibilitava a produção dos derivados de cana era composta por cinco engenhos, espalhados por suas diferentes propriedades, alambiques e paióis para depósito de aguardente.<sup>12</sup>

Não obstante a presença de grandes produtores que contavam com equipamentos para a produção dos derivados da cana de açúcar além de plantações do artigo, como ilustrado com o caso do inventariado mencionado, houve uma considerável presença de

---

<sup>12</sup> Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

pequenos plantadores de cana. Estes não contavam entre seus bens com benfeitorias necessárias para a produção de açúcar, aguardente, rapadura etc. Muito provavelmente negociavam o produto de suas lavouras com outros indivíduos com capacidade de produzir os derivados da cana. Aparentemente foi o caso de Francisco José Pereira de Paula. Além do milho em estoque declarado em seu inventário (340 alqueires), possuía um canavial pequeno.<sup>13</sup> Outro caso similar foi encontrado no inventário de Antônio José de Souza. A única plantação descrita entre suas posses foi um “canavial pequeno e inferior”.<sup>14</sup> Os últimos inventariados citados muito provavelmente abasteciam indivíduos com condições de produzirem os derivados da cana.

Considerando todo o conjunto de inventariados nos quais foi identificado algum tipo de gênero produzido, o milho foi o segundo item mais representativo no valor total somado das plantações e dos estoques declarados, pouco abaixo da cana de açúcar e/ou derivados, com participação equivalente a 32%. Contudo, com os dados desagregados por faixas de riqueza, somente no segmento de maiores cabedais o milho não foi o gênero mais representativo no montante total, situação exatamente oposta à que foi observada para a cana e/ou derivados. Ao contrário deste último tipo de produção, não houve relação entre cultivo do milho e nível de patrimônio. Nas três primeiras faixas de riqueza representou mais da metade do valor total das produções e dos estoques inventariados. Desse modo, tinha papel decisivo para os grupos menos aquinhoados. Todavia, a relevância do milho entre as produções cultivadas em Santa Rita do Turvo no tempo em questão não se restringiu aos setores menos aquinhoados. Representou parcela importante no montante dos gêneros produzidos e declarados em todos os níveis de patrimônio, nunca inferior a um quarto do montante total das plantações e dos estoques, mesmo entre os mais ricos.

Importante destacar que o milho era um cultivo bastante versátil, servindo tanto para a dieta humana quanto para o sustento dos rebanhos de animais, especialmente dos suínos.<sup>15</sup> Francisco Luna e Herbert Klein analisaram diversos aspectos da economia e da

---

<sup>13</sup> Inventário de Francisco José Pereira de Paula (1850). AFAB.

<sup>14</sup> Inventário de Antônio José de Souza (1884). AFAB.

<sup>15</sup> Para os hábitos alimentares especificamente dos mineiros no século XIX ver, entre outros, os estudos de Eduardo Frieiro (1982), Mônica Abdala (1997) e Sônia Magalhães (2004). Não obstante as nuances de cada um dos trabalhos, todos ressaltaram a disseminação da carne de porco, das farinhas de milho e mandioca, do angu de fubá, do arroz e do feijão como os principais itens consumidos em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.





**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

sociedade de São Paulo no longo período 1750/1850. Dentre outros tantos temas abordados voltaram-se para o estudo das produções precipuamente direcionadas para subsistência e para o mercado interno. Serviram-se de censos não publicados como fontes, documentação que apresentava informações sobre a população e suas produções para diversas localidades paulistas. Dentre os gêneros analisados pelos autores estava o milho, item mais disseminado e importante dentre todos aqueles produzidos para o mercado local (Luna & Klein, 2005. 107-136). Conquanto os apontamentos de Luna e Klein tenham sido especificamente sobre localidades paulistas, algumas de suas análises fizeram menção para aspectos gerais acerca do cultivo e da utilização deste gênero pelas populações do passado brasileiro. Afirmaram que uma das principais razões de sua disseminação residia justamente no fato de que era consumido por pessoas e animais. Desse modo, servia de alimento para os produtores familiares e o excedente podia ser comercializado no mercado ou vendido como ração animal. Alimentava os porcos sendo, portanto, usado indiretamente na fabricação do toucinho. Além dos suínos também os muare, importantes no transporte das mercadorias, consumiam grandes quantidades de milho. Outro aspecto mencionado pelos autores que contribuía para a disseminação deste item era a facilidade de seu cultivo, com safras anuais e baixos investimentos de produção. Em função dos elementos destacados, era cultivado tanto em unidades dedicadas exclusivamente a essa cultura como em lavouras de produção de café e açúcar para exportação. De modo geral, Luna e Klein destacaram que nas zonas temperadas do Brasil o milho foi tão importante quanto foi a mandioca nas áreas tropicais (Luna & Klein, 2005, 120-125).

O terceiro item mais significativo no valor total das produções para o conjunto de inventariados considerados foi o café. Deteve pouco mais de um quinto do montante total das plantações e dos estoques declarados no conjunto de inventários de Santa Rita do Turvo do intervalo 1850/88, considerando os valores das produções. Embora a localidade em questão não tenha sido uma das mais importantes produtoras da rubiácea no período considerado,<sup>16</sup> somente conhecendo maior expansão da cafeicultura nas primeiras

---

<sup>16</sup> Muitos trabalhos já abordaram diversos aspectos da cafeicultura desenvolvida no sul da Zona da Mata Mineira, precipuamente em Juiz de Fora e seus entornos, principal área de produção em Minas Gerais e que ficava relativamente próxima da localidade com a qual trabalhamos. O problema da transição da mão de obra cativa para a escrava foi abordado por Ana Lanna (1985). Mônica Ribeiro de Oliveira se ocupou com a questão das origens e da consolidação da cafeicultura mineira (2005). A temática da modernização capitalista de Juiz de Fora proporcionada pelos dividendos gerados pelo café foi abordada por Anderson



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

décadas do século XX, o café destacou-se entre os gêneros agrícolas produzidos na localidade no período 1850/1888. A representatividade deste gênero variou pouco, tendo participação similar no montante das produções inventariadas nos diferentes níveis de riqueza, entre um mínimo de 16,7%, no segundo estrato, e um máximo de 20,2%, no maior segmento de riqueza. Sendo assim, a produção de café teve papel importante no montante total dos cultivos em todos os patamares de fortuna considerados em parâmetros similares. Da mesma forma que o milho e diferentemente da cana de açúcar e/ou derivados, seu cultivo e importância relativa não esteve associado com os patamares de patrimônio. Contudo, como os níveis graus de produtividade não foram elevados, a mercantilização do café produzido na localidade se efetivou em escala regional.

Ao lado de cafeicultores de bom porte, marcaram presença predominante na cafeicultura da localidade estudada diversos pequenos produtores, cujas produções atingiram valores modestos. No inventário de D. Balbina Pinta da Silva foram declarados tão somente 70 pés de café.<sup>17</sup> No processo de outra inventariada, D. Thereza Claudina de Freitas, foi descrita “uma pequena chácara com plantações de café”.<sup>18</sup> Outro exemplo deste tipo de cafeicultor foi encontrado no inventário de Francisco José Graia. Entre suas posses foram declarados, de forma bastante vaga, “uns pés de café” que atingiram baixíssimo valor.<sup>19</sup> As duas primeiras inventariadas estavam inseridas na segunda faixa de riqueza. Francisco José era integrante do segmento de menores cabedais.

Com uma representatividade bastante inferior aos três gêneros anteriormente citados, o arroz foi a quarta cultura mais representativa no valor total dos itens produzidos e declarados pelos inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/88, com uma parcela equivalente a 3,3% das plantações e dos estoques inventariados. Juntamente com produtos como batata, tomate, milho e trigo o arroz pode ser considerado um dos alimentos modernos, entendidos como alimentos regionais cujo consumo se espalhou pelo mundo com o advento das grandes navegações do século XVI e dos contatos entre

---

Pires (2009). Jonis Freire tratou das relações familiares e de parentesco dos escravos em Juiz de Fora (2009). Rita Almico estudou o processo de transformação da riqueza inventariada em Juiz de Fora em meio ao processo de desenvolvimento da cafeicultura (2001) e, posteriormente, o mercado de crédito desenvolvido na localidade (2009). O processo de incorporação produtiva do café mineiro no mercado mundial foi a questão abordada por Bruno Novelino (2012).

<sup>17</sup> Inventário de Balbina Pinta da Silva (1876). AFAB.

<sup>18</sup> Inventário de Thereza Claudina de Freitas (1874). AFAB.

<sup>19</sup> Inventário de Francisco José Graia (1882). AFAB.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

diferentes povos derivados deste processo. No período em questão o cultivo do arroz era feito de modo bastante rudimentar. Em grandes unidades produtoras o processamento dos grãos se dava com o auxílio de engenhos movidos por força hidráulica (Valentin, 2006, p. 8-10). Contudo, não parece ter sido o caso das unidades que cultivaram arroz na localidade estudada. Não foram encontradas grandes quantidades em estoque ou consideráveis plantações do gênero. Em geral, os valores declarados em arroz foram modestos entre os inventariados considerados. Tais evidências atestam que foi produzido eminentemente para suprir as necessidades domésticas.

A tabela 10 exhibe os dados de participação relativa dos principais gêneros produzidos pelos inventariados de Santa Rita do Turvo para o último intervalo considerado em nosso recorte temporal, 1888/1900.

**Tabela 10: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1888/1900 (%).**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>café</b>	<b>Milho</b>	<b>cana e/ou derivados</b>	<b>arroz</b>	<b>outros</b>	<b>total</b>	<b>(1)</b>
<b>Até £ 150</b>	36,0	25,1	34,6	1,9	2,4	100	25,5
<b>£ 151 a £ 500</b>	83,0	13,5	1,8	0,4	1,3	100	32,3
<b>£ 501 a £ 1000</b>	79,7	18,8	1,5	-	-	100	33,3
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	52,5	34,0	10,4	2,1	1,0	100	66,7
<b>Acima de £ 2001</b>	96,5	3,0	-	0,5	-	100	50,0
<b>Todas as faixas</b>	<b>79,6</b>	<b>13,7</b>	<b>5,2</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>	<b>100</b>	<b>28,5</b>

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (111) considerei somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Uma vez mais vale lembrar que a reorganização das faixas de riqueza ocorrida nesse período em função da desvalorização da moeda nacional como decorrência do Encilhamento, torna difícil e problemática a análise por faixas de riqueza. A taxa de



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

câmbio para a conversão da moeda nacional para a libra esterlina foi muito mais variada neste período que nos demais considerados, o que impactou tanto na mensuração dos patrimônios em geral como no valor das produções declaradas em particular, principalmente nos anos posteriores a 1892/93.

Contudo, mesmo diante de tais limitações, os informes para o período ofereceram alguns subsídios importantes. Nos dados atinentes ao período pós-escravista do recorte temporal estudado e considerando todo o conjunto de inventariados, chamou atenção a explosão dos percentuais de participação relativa do café no montante total das plantações e dos estoques declarados neste intervalo. Praticamente oito décimos do valor total das produções arroladas estavam empenhados na rubiácea. Vale lembrar que para o período anterior o percentual correlato ficou pouco abaixo de 20%. Como consequência direta, todos os demais gêneros perderam representatividade, destacadamente a cana e/ou derivados e o milho, itens mais representativos no período 1850/88. A julgar pelas plantações e pelos estoques descritos nos inventários deste último intervalo considerado, o cultivo do café se expandiu sobremaneira em Santa Rita do Turvo nos momentos derradeiros do século XIX. Na primeira faixa de riqueza a participação relativa da rubiácea nos estoques e nas plantações praticamente dobrou em relação ao período 1850/88. Nos demais estratos a elevação foi ainda maior. No segmento de cabedais mais elevados, do valor total das plantações e dos estoques, o café significou uma fatia de 96,5%.

No intervalo 1888/1900 o milho seguiu sendo o segundo item mais representativo entre as produções declaradas nos inventários da localidade, embora muito distante do café, seguido pela cana de açúcar e/ou derivados. Este último gênero trocou de posição com a rubiácea, deixando de ser o item mais representativo no período anterior, passando a figurar na terceira posição. Mesmo com todas as fragilidades dos dados para o último intervalo temporal cotejado, evidencia-se que a localidade conheceu um aumento muito expressivo da produção de café. Estava caminhando para uma especialização produtiva em torno deste gênero no final do século XIX, em detrimento de cultivos como o milho e, principalmente, da produção de cana de açúcar e/ou derivados. Neste sentido os dados analisados ecoam a interpretação de Marcelo Godoy sobre a longevidade da produção de derivados de cana de açúcar em Minas Gerais. O autor afirmou que enquanto prevaleceram formas mais artesanais de produção de derivados de cana Minas ocupou



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

lugar de destaque. Contudo, com a modernização do setor, na passagem do Oitocentos para os Novecentos, que passou a oferecer produtos de melhor qualidade com custos menores, a produção mineira perdeu espaço paulatinamente (Godoy, 2004, p. 554-557).

Em suma, os informes oferecidos pela documentação pesquisada ofereceram indícios importantes acerca da conformação da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no período em questão. A estrutura fundiária da localidade era socialmente concentrada e constituída predominantemente por unidades de dimensões consideráveis, não obstante a presença de grandes latifúndios e de pequenas propriedades, quadro que não se alterou substancialmente no correr do longo período considerado. As propriedades com dimensão entre 11 e 50 alqueires foram as mais comuns. Aquelas com tamanho superior a 100 alqueires concentraram a parcela mais robusta do território declarado. Também houve uma flagrante concentração social das produções, decorrência direta da concentração das terras. Os principais gêneros produzidos em relação ao valor total das produções entre os inventariados da localidade foram cana de açúcar e/ou derivados, o milho e o café, nesta ordem. O primeiro tipo de produção estava diretamente relacionado com o nível de riqueza. Quanto mais elevado o patrimônio, maior parcela das plantações e dos estoques estava alocada em cana de açúcar e/ou derivados. No caso do milho e do café a produção não esteve claramente vinculada com o patamar de fortuna. No final do século XIX Santa Rita do Turvo conheceu um processo de incremento da cultura do café, em todos os estratos de patrimônio, em detrimento das demais produções. Praticamente 80% do montante total dos estoques e das plantações dos inventariados do período, tomados por seus valores, eram da rubiácea.

Até este ponto identificou-se a representatividade de cada um dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários de Santa Rita do Turvo no período 1850/1900 dentro das faixas de riqueza e para o conjunto dos inventariados e a contribuição de cada segmento no montante das produções. Estava em questão a importância relativa de cada um dos principais itens das produções locais no montante total em cada faixa de riqueza e para o conjunto de inventariados. As fontes utilizadas permitiram visualizar como cada estrato de patrimônio contribuía no conjunto total das produções declaradas e de cada item em particular.

Outro importante aspecto para reconstituição da paisagem agrária da localidade no período selecionado trata-se da disseminação dos principais gêneros agrícolas entre os



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

inventariados, tanto observados em conjunto como desagregados por faixas de riqueza. Buscou-se avançar para saber qual a produção mais comum na localidade, aquela cultivada pelo maior número de inventariados dentre os que declararam algum tipo de gênero estocado ou plantado. A tabela 11 exibe os informes relativos à presença dos principais itens produzidos nos inventários de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88, tanto por faixas de riqueza como para o conjunto de inventariados. Nesta análise não se levou em consideração a quantidade e nem os valores declarados da produção, apenas a simples presença dos gêneros considerados.

**Tabela 11: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%)\*.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>Café</b>	<b>milho</b>	<b>cana e/ou derivados</b>	<b>Arroz</b>	<b>outros</b>	<b>(1)</b>
<b>Até £ 150</b>	50,0	50,0	25,0	25,0	50,0	9,1
<b>£ 151 a £ 500</b>	23,8	47,6	19,0	4,8	23,8	18,6
<b>£ 501 a £ 1000</b>	9,5	76,2	28,6	9,5	42,9	36,8
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	30,8	69,2	46,2	38,5	53,8	36,1
<b>Acima de £ 2001</b>	25,8	67,7	58,1	32,3	58,1	81,6
<b>Todas as faixas</b>	<b>23,3</b>	<b>64,4</b>	<b>38,9</b>	<b>20,0</b>	<b>44,4</b>	<b>31,1</b>

\*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatei o arrolamento de mais de um tipo de gênero em um mesmo inventário.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (288) considerei somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Com base nos informes apresentados o milho foi o item mais disseminado na paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no período 1850/88, tendo sido cultivado nas unidades produtivas de 64% dos inventariados considerados. Vale ressaltar que este item empenhou a segunda maior parcela do valor total das plantações e dos estoques somados



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

do conjunto dos inventariados da localidade no período enfocado, dentre os quais identificou-se algum tipo de produção. Pouco mais de seis em cada dez inventários que declararam cultivos listaram alguma quantidade de milho, plantado ou em estoque. Sua cultura foi disseminada por todos os segmentos de inventariados. Em todas as faixas de patrimônio foi o item mais recorrente dentre os principais gêneros considerados (no menor segmento empatado com o café). O cultivo do milho foi democrático, não estando vinculado com nível de riqueza. O percentual mais baixo de presença deste item foi de 47%, percentual observado entre os inventariados do segundo segmento de patrimônio, ao passo que a participação mais elevada foi de 76%, no terceiro agrupamento.

O tipo de produção que empenhou a maior parcela do valor total das plantações e dos estoques do conjunto de inventariados contemplados foi aquele que conheceu a segunda maior disseminação no intervalo 1850/88. O cultivo de cana de açúcar e/ou a produção de rapadura, aguardente, açúcar, entre outros, foi verificado em praticamente 39% dos processos que arrolaram algum tipo de gênero produzido.<sup>20</sup> No segmento de patrimônios mais elevados verificou-se a maior frequência de inventariados que descreveram pelo menos algum destes itens entre seus bens. Neste estrato de indivíduos mais abastados praticamente seis em cada dez inventariados declararam plantações de cana de açúcar ou estoques de seus derivados, frequência somente ultrapassada pelo milho neste agrupamento. De modo similar ao constatado na análise da participação relativa dos principais gêneros agrícolas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, uma vez mais ficou evidenciado que o cultivo da cana de açúcar e, principalmente, a produção de seus derivados, era atividade mais recorrente nos maiores segmentos de riqueza, em particular entre os inventariados da maior faixa de fortuna. Contudo, a presença da cana e/ou derivados não foi rara nas demais faixas de riqueza.

O café foi o terceiro item mais recorrente na paisagem agrária da localidade. Considerados somente os processos que descreveram algum tipo de produção, estava presente em pouco mais de 23% dos inventários de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88. Cabe lembrar que a rubiácea também comprometeu a terceira maior parcela do

---

<sup>20</sup> Reitero que Marcelo Godoy apontou que um terço das unidades rurais mineiras estavam envolvidas com atividades de transformação da cana de açúcar (Godoy, 2004, p. 535). O percentual oferecido pelo autor aproxima-se bastante daquele verificado entre os inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/88, ainda que pese a utilização de fontes diversas e embora não tenha sido estabelecido a tipologia rural/urbano.



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

valor total das plantações e dos estoques somados no período considerado. Quando observados os informes por faixas de riqueza nota-se que a cultura cafeeira não se restringiu aos grupos mais abastados. Pelo contrário, o segmento de menores cabedais foi justamente aquele que conheceu a maior disseminação do café entre os inventariados considerados. Nesta faixa um em cada dois processos para os quais foi possível a identificação de produções declarou alguma quantidade de café entre os bens inventariados, plantado ou estocado. Esta constatação reforça o argumento de que a cafeicultura na localidade, no período considerado, se desenvolveu em escala modesta, uma vez que a produtividade entre os indivíduos das menores faixas de riqueza não era das mais elevadas.

Levando em conta todo o conjunto de inventários com identificação de produção de algum gênero, o cultivo de arroz esteve presente em um quinto dos casos. A faixa de riqueza em que a rizicultura foi mais largamente disseminada foi a quarta, aquela que congregou os inventariados com patrimônios entre £ 1001 e £ 2000. Neste segmento 38% dos inventariados declararam alguma quantidade de arroz, plantado ou estocado. No primeiro estrato, um quarto dos processos apresentou este tipo de cultura, ao passo que no maior nível de fortuna o percentual correlato foi de praticamente um terço. Pelos dados expostos não houve relação entre riqueza e cultivo do arroz na localidade considerada.

A tabela 12 apresenta os dados que finalizam a análise proposta neste texto. Exibe as informações da disseminação dos principais gêneros agrícolas declarados na documentação consultada entre os inventariados do intervalo 1888/1900.

**Tabela 12: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%)\*.**

<b>Faixas de riqueza</b>	<b>café</b>	<b>milho</b>	<b>cana e/ou derivados</b>	<b>Arroz</b>	<b>outros</b>	<b>(1)</b>
<b>Até £ 150</b>	50,0	35,7	7,1	7,1	14,3	25,5
<b>£ 151 a £ 500</b>	70,0	40,0	10,0	10,0	20,0	32,3
<b>£ 501 a £ 1000</b>	100,0	40,0	20,0	-	-	33,3
<b>£ 1001 a £ 2000</b>	75,0	50,0	25,0	50,0	25,0	66,7





**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e**

**Vinícius Figueiredo Silva**

<b>Acima de £ 2001</b>	100,0	50,0	-	50,0	-	50,0
<b>Todas as faixas</b>	<b>68,6</b>	<b>40,0</b>	<b>11,4</b>	<b>14,3</b>	<b>14,3</b>	<b>28,1</b>

\*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de um tipo de gênero em um mesmo inventário.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

**Fonte:** Do conjunto de inventários para o período (111) considerei somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Os dados para o último período analisado ratificaram a explosão da cultura cafeeira em Santa Rita do Turvo no final do Oitocentos, aspecto verificado no estudo da participação relativa do café no montante total das plantações e dos estoques declarados nos inventários. Se no período 1850/88 foi o terceiro gênero mais disseminado, no intervalo 1888/1900 a rubiácea estava presente em 68% dos inventários da localidade que declararam algum tipo de produção entre seus bens, ultrapassando o milho como cultivo mais recorrente. Este último passou a ser o segundo item mais presente nas unidades produtivas constituintes da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no final do século XIX. Entre os inventariados com produções declaradas, quatro em cada dez cultivaram alguma quantidade de milho. A presença do arroz ultrapassou a frequência da cana de açúcar e/ou derivados, embora sua disseminação tenha se reduzido um pouco em comparação com o período antecedente. Uma vez mais nota-se o declínio do cultivo da cana de açúcar e das atividades de transformação da mesma em seus derivados na localidade em tela.

Em suma, conquanto fosse o tipo de produção que empenhou a maior parcela relativa no valor total das plantações e dos estoques somados entre os inventariados de Santa Rita do Turvo do período 1850/88, o cultivo da cana de açúcar e a produção de seus derivados, atividade realizada precipuamente pelos mais abastados, não foi a atividade produtiva mais presente na paisagem agrária da localidade. Assertiva baseada na frequência com que foi praticada pelos inventariados da localidade que declararam algum tipo de produção. No transcorrer do período enfocado, inclusive, perdeu importância significativamente. O milho, segundo item mais representativo no total das produções



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acon Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

mencionadas na documentação contemplada, foi o artigo mais disseminado entre as unidades produtivas consideradas, somente sendo ultrapassado pelo café no intervalo 1888/1900, momento de explosão da cafeicultura na localidade. Neste último recorte temporal, a rubiácea passou a ser tanto o cultivo mais frequente na localidade como também o tipo de produção que emprenhou a maior parcela do valor somado das plantações e dos estoques dos inventariados, entre aqueles que declararam algum tipo de produção, papel que não cumprira no período 1850/88. No caso do café e do milho não foi verificada relação entre produção desses itens e patamar de riqueza.

Milharais, cafezais, canaviais, engenhos e outros equipamentos utilizados para a transformação da cana de açúcar em seus derivados, foram elementos comuns nas unidades produtivas de Santa Rita do Turvo, dominando a paisagem agrária da localidade, constituída predominantemente por unidades produtivas de dimensões consideráveis. Não obstante o incremento da produção do café na localidade no final do século XIX, o cenário socioeconômico da localidade ainda manteve os mesmos parâmetros das décadas anteriores, não obstante uma maior disseminação da produção e da importância relativa da rubiácea entre as atividades econômicas desenvolvidas na região. Além da produção do café não estar diretamente vinculada com nenhum segmento de riqueza, sendo atividade relativamente democrática na localidade, em Santa Rita do Turvo não alcançou relevância e níveis de produtividade tão expressivos como em outras áreas mineiras, pelo menos até o fim do século XIX. A relativa manutenção da estrutura fundiária na região, não tendo havido indícios elevação da concentração de terras, constitui-se em um dos elementos que sustenta tal argumento.

\* \* \*

O estudo da estrutura fundiária da localidade de Santa Rita do Turvo, com base nas propriedades inventariadas com medidas declaradas, indicou um quadro de concentração social das terras, visto que 11,5% dos inventários, a faixa de maior riqueza, concentrou 40% da área total do território inventariado no período 1870/1900. Além disso, este segmento possuiu terras de melhor qualidade, visto que foram sistematicamente avaliadas com preços superiores. O tamanho padrão das unidades fundiárias foi considerável e a propriedade mais comum mediu entre 11 e 50 alqueires. Para todo o período considerado, levando em conta o conjunto de inventariados, o



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

tamanho médio das propriedades fundiárias foi pouco superior a 36 alqueires. Contudo, a maior fração relativa das terras inventariadas estava concentrada nas unidades com mais de 100 alqueires e em poder do maior estrato de fortuna. Além de possuírem mais terras, os indivíduos do grupo mais rico detiveram também as melhores terras. Dessa forma, a concentração fundiária se deu em termos quantitativos e qualitativos.

O estudo das plantações em conjunto com os estoques declarados na documentação compulsada atestou que o milho foi o gênero mais disseminado nas propriedades agrárias da localidade entre todos os estratos de patrimônio. De todos os inventariados que declararam produções, pouco mais de 64% teve alguma quantidade deste gênero declarada entre seus bens, fosse plantado ou estocado. Somente perdeu esta posição com o incremento da cultura do café no final do século XIX. O milho foi o item que empenhou a segunda maior parcela do valor total das plantações e dos estoques declarados na documentação analisada, superado pela cana de açúcar e/ou derivados no período 1850/88 e pelo café no intervalo 1888/1900. A produção de cana de açúcar e/ou de seus derivados perdeu bastante espaço entre as atividades econômicas desenvolvidas na localidade no final do Oitocentos. Foi a única atividade produtiva que esteve relacionada com as faixas de riqueza, precipuamente praticada pelos segmentos mais aquinhoados. A análise longitudinal atestou o crescimento do cultivo do café no último intervalo temporal do período considerado. A rubiácea passou então a ser o gênero mais disseminado entre os inventariados da localidade com produções declaradas e também o item que comprometeu a maior fatia relativa do valor total das plantações e dos estoques. Todavia, pelo menos até final do Oitocentos, o incremento da cafeicultura na localidade não trouxe grandes alterações na estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo.

**Referências Bibliográficas:**

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento:** Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia (IE/Unicamp) Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dívida o obrigação:** as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX e XX. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

**7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**



**Estado E Planejamento Econômico No Brasil: Apontamentos Sobre O Plano Trienal E  
O Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG) – Acson Gusmão Franca e  
Vinícius Figueiredo Silva**

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista.** 346 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, Campinas, 2009.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio** – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho** – A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1985.

LUNA, Francisco Vida; KLEIN, Herbert. **Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo**, de 1750 a 1850. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2005.

MARTINEZ, Cláudia Marques. **Cinzas do Passado.** Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba, 1840/1914. 314 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MUNIZ, Célia Loureiro. **Os donos da terra.** Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 1979.

NOVELINO, Bruno Vittoretto. **Do Parahybuna à Zona da Mata** – Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870). 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias:** mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc, 2005.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos:** Uma análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política:** Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841). 254 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz.** Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 400 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2006.